

A institucionalização partidária afeta a capacidade estatal?

Carlos Martins de Freitas

Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ)

Bruno Marques Schaefer

Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ)

1 Introdução

A proposta deste trabalho é analisar a relação entre institucionalização partidária e capacidade estatal. Mais especificamente, buscamos entender se países com sistemas partidários mais consolidados tendem a apresentar níveis mais elevados de capacidade estatal e explorar as possíveis dinâmicas envolvidas nessa relação.

O interesse no tema vem de uma curiosidade mais ampla a respeito dos fatores que tornam governos mais ou menos eficazes, ou que fazem uma democracia funcionar melhor ou pior. Para tentar capturar essa noção qualitativa de governo, o conceito de capacidade estatal, entendido como a capacidade de um governo de concretizar suas metas oficiais, é útil na análise (Aguiar; Lima, 2019; Berwick; Christia, 2018; Grassi; Memoli, 2016; Hanson; Sigman, 2021; Hendrix, 2010).

O segundo componente da análise é a institucionalização partidária. Por institucionalização partidária entendemos o grau de consolidação e estabilidade dos partidos que disputam eleições. A literatura associa graus mais elevados de institucionalização a democracias mais estáveis (Mainwaring, 2016; Mainwaring; Su, 2021; Piñeiro Rodríguez; Rosenblatt, 2020; Randall; Svåsand, 2002). A questão central é entender se essa estabilidade se traduz numa maior capacidade estatal, isto é, em governos mais aptos a concretizar suas políticas. Será que quando a disputa eleitoral e a composição do legislativo são mais previsíveis, o governo incumbente tem mais facilidade para aprovar e realizar as medidas a que se propõe? Ou há um efeito contrário, com partidos estanques tendo dificuldades de cooperar politicamente?

Examinamos a questão por meio de modelos de dados em painel com efeitos fixos, nos quais a capacidade estatal é a variável dependente (Hanson; Sigman, 2021) e a institucionalização partidária, a principal variável explicativa (Bizzarro et al., 2018; Bizzarro Neto; Hicken; Self, 2017; Kim, 2023). Os dados de capacidade estatal são retirados do banco de dados de Hanson & Sigman (2021), enquanto as informações sobre institucionalização partidária são retiradas do V-DEM (Varieties of Democracy). Incluímos variáveis de controle de outros locais, totalizando um banco de dados com 6.956 unidades¹. Os países mensurados no período de 1960 até 2015.

Os resultados indicam que a institucionalização partidária afeta a capacidade estatal condicionada à democracia. Ou seja, sistemas partidários mais estáveis impactam a eficácia do Estado,

¹ Para garantir a replicabilidade dos achados, os dados e rotinas computacionais utilizadas estão disponíveis em: <https://osf.io/j3f4e/>.

em maior grau, quando países vivem em regimes democráticos. Estes achados dialogam com trabalhos sobre a América Latina (Geddes, 1994; Grassi; Memoli, 2016). A novidade deste trabalho é expandir a análise para todo o globo.

O trabalho está dividido da seguinte forma: na segunda e terceira seções definimos os conceitos de capacidade estatal e institucionalização partidária. Na quarta seção, descrevemos a relação entre as variáveis e as hipóteses testadas. A quinta seção trata do desenho de pesquisa: estratégia de identificação, coleta de dados e descrição das variáveis. Na sexta seção, apresentamos os resultados. Por fim, tecemos as considerações finais.

2 Capacidade estatal

Em sentido histórico, as definições de capacidade estatal são tributárias da definição clássica de Weber (1982, p. 82) sobre o Estado: “[...] comunidade humana que possui o monopólio da violência legítima dentro de determinado território”. O excerto, aparentemente simples, possui uma série de termos que precisam ser definidos. O que significa território? O que é legítimo? Como se garante o monopólio? (Mitropolitiski, 2011). Contemporaneamente, definições de capacidade estatal devem levar em conta a dimensão da coerção estatal (violência), extração (arrecadação tributária) e a coordenação (como/e se as metas são alcançadas) (Berwick; Christia, 2018).

Enquanto as duas primeiras dimensões são mais facilmente mensuráveis: seja através do tamanho do aparato estatal, seja o investimento/gasto em relação ao PIB, medir a eficiência do Estado não é tarefa fácil. O funcionamento estatal é extremamente complexo e dificilmente pode ser traduzido em um único indicador. Uma dificuldade inerente ao tema é como acomodar os diferentes caminhos políticos que um Estado pode tomar. Por exemplo, certos governos (e Estados) podem priorizar uma ampla rede de apoio social, enquanto outros podem optar por incentivar maior liberdade econômica. Como dizer qual o mais capaz? Enquanto países como França e Brasil gastam boa parte de sua arrecadação com políticas sociais e aposentadorias, países do Leste Asiático possuem níveis mais altos de investimento público. A pesquisa na área resolve essa questão contornando-a: a capacidade de um Estado é entendida pela sua eficácia em realizar as políticas que se propôs, quaisquer que sejam (Grassi; Memoli, 2016).

E como compreender e medir a capacidade de um Estado de realizar políticas? Aqui seguimos a abordagem do artigo *Leviathan's latent dimensions*. Nele, Hanson e Sigman (2021) tomam a capacidade estatal como uma variável latente que se desdobra em três dimensões: o grau de controle do Estado sobre o uso de poder coercitivo, a eficiência administrativa e a capacidade do Estado de extrair receita dos seus cidadãos². A dimensão da coercitividade é quantificada a partir de dados sobre o tamanho das forças militares e policiais, assim como índices de ordem e autoridade sobre o território. A dimensão da eficiência administrativa, por sua vez, diz respeito à capacidade organizacional do Estado, sua habilidade em prestar serviços para a população e regular a atividade econômica. Ela é medida a

² Os autores tomam a capacidade estatal como latente por considerarem que ela não pode ser observada diretamente, e sim estimada pela combinação de outros fatores, no caso indicadores das dimensões coercitiva, administrativa e extrativa do fenômeno estatal (Hanson; Sigman, 2021, p. 5). Essa abordagem se fundamenta na compreensão de autores como Tilly, Besley e Persson, que entendem que as diferentes funções do Estado são conectadas e mutuamente dependentes, e que, portanto, devem ser consideradas em conjunto (Hanson; Sigman, 2021, p. 4).

partir de uma série de indicadores de eficiência administrativa, gestão de orçamento público e capacidade dos governos de coletarem informações da população (Hanson; Sigman, 2021, p. 7). Por fim, o aspecto extrativo trata da capacidade de tributação dos Estados e é aferido a partir de dados da receita tributária dos países, assim como da eficiência com que mobilizam essa receita (Hanson; Sigman, 2021, p. 6).

No total, os autores agregam 21 indicadores³ relacionados a essas três dimensões para se chegar à variável latente da capacidade estatal. Eles usam técnicas bayesianas de Monte Carlo com Cadeia de Markov que permitem estimar, a partir desses indicadores, o índice de capacidade estatal de cada país analisado em cada ano. Uma das principais vantagens desse método é a robustez diante da ausência de dados para alguns dos indicadores em certos países e anos. O índice agregado a que chegam ao fim varia de -2,31 (a menor capacidade estatal) a 2,96 (a maior) (Hanson; Sigman, 2021, p. 6-7), traduzindo num único número a dimensão tripla do fenômeno estatal. É essa a fundamentação teórica e o índice de capacidade estatal que utilizamos neste trabalho.

3 Institucionalização partidária

A institucionalização partidária é também um conceito latente, e se refere a sistemas partidários que sejam estáveis (Bizzarro Neto; Hicken; Self, 2017; Mainwaring, 2016). Assim como a capacidade estatal, é um conceito complexo que pode ser operacionalizado de diferentes formas.

Mainwaring e Su (2021), no artigo *Electoral volatility in Latin America, 1932-2018*, olham para a institucionalização do ponto de vista da volatilidade: sistemas partidários mais voláteis seriam menos institucionalizados. O indicador é calculado através da diferença de desempenho dos partidos, usualmente na Câmara Baixa, entre duas eleições (Pedersen, 1979). Altas diferenças, positivas ou negativas, são agregadas ao nível do sistema (total de partidos), para que se chegue a um valor final indicando maior ou menor estabilidade. Mainwaring e Su (2021) consideram dois tipos de volatilidade: a volatilidade extra-sistema, que diz respeito à entrada de novos partidos no cenário eleitoral, e a infra-sistema, referente à transferência de votos de uma eleição para outra entre os partidos existentes. A partir da junção dessas duas medidas, chegam a um índice de volatilidade geral. O cálculo dos autores busca dar conta de um problema comum em novas democracias: a entrada de novos partidos (Krause; Schaefer; Barbosa, 2018; Peres, 2013). Estes podem “inflar” a volatilidade.

Mesmo com esta especificação, um possível problema com essa abordagem é confundir imobilidade com estabilidade: seguindo a lógica do cálculo, o sistema partidário mais institucionalizado seria aquele em que não há transferência de votos e não há novos partidos disputando as eleições (Peres, 2013). O risco aqui é tomar como institucionalizados sistemas que na verdade são autoritários e fechados.

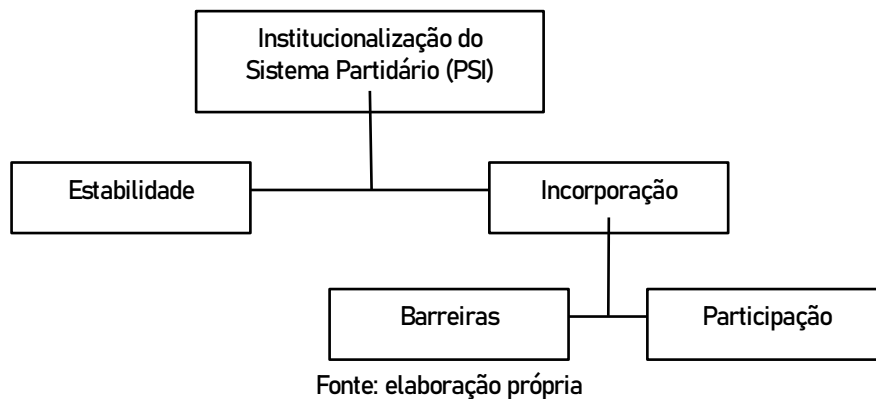
Piñero Rodríguez e Rosenblatt (2020) lidam com essa questão ao considerarem na sua medida de institucionalização não apenas a estabilidade, mas também o quanto um sistema partidário é capaz de incorporar novas demandas sociais. Conforme explicam:

³ Listados no Anexo I.

Sistemas partidários que se tornam estáveis por meio da exclusão e da repressão em ordens naturais não devem ser considerados institucionalizados porque não incorporam ou representam os setores excluídos; eles são estáveis apenas enquanto mantêm a capacidade de excluir. Essa capacidade depende não só das ferramentas disponíveis para os atores do sistema, mas também de que a capacidade dos grupos excluídos se mantenha constante. [...]. Quando sistemas partidários têm maior capacidade de inclusão, alcançam mais estabilidade por meio da flexibilidade (ou seja, se institucionalizam), à medida que novos atores adquirem maior poder na sociedade. A PSI (institucionalização do sistema partidário) numa ordem natural pode ajudar a garantir que todos os interesses relevantes — ou aqueles que, em dado momento, se tornam relevantes — sejam incluídos, permitindo assim que a representação se mantenha alinhada com os desafios sociais (Piñero Rodríguez; Rosenblatt, 2020, p. 252, tradução livre).

Assim, a institucionalização partidária para eles precisa ser entendida a partir desses dois componentes, estabilidade e incorporação. O argumento é resumido pelo seguinte esquema da figura 1:

Figura 1 - Piñero Rodríguez e Rosenblatt (2020):



4

Levamos em conta esse risco de engessamento do sistema partidário apontado por Rodríguez e Rosenblatt na elaboração da nossa segunda hipótese (H2, descrita abaixo), que considera a possibilidade de um sistema com partidos muito estanques na verdade ser prejudicial para o desenvolvimento da capacidade estatal.

Apesar de mais completo, o indicador formulado por Piñero Rodríguez e Rosenblatt (2020) também possui problemas. Os principais são de escopo: territorial e temporal. No primeiro caso, é exclusivamente focado na América Latina. No segundo, apenas é mensurado para três pontos temporais (1995, 2005 e 2015). Para contornarmos esta questão trabalhamos com o indicador de institucionalização partidária do V-DEM (Bizzarro Neto; Hicken; Self, 2017). A operacionalização do conceito se vale da aplicação do questionário do V-DEM e cobre mais de 170 países no período de 1900 até 2022. Além do incremento de dados, o indicador possui cinco dimensões, a partir de questões consideradas no nível do sistema: se partidos possuem organizações a nível nacional (v2psorg)⁴; possuem organizações locais, ou seja, são capilarizados (Schaefer, 2017) ao longo do território

⁴ How many political parties for national-level office have permanent organizations? 0: No parties. 1: Fewer than half. 2: About half. 3: More than half. 4: All parties

(v2psprbrch)⁵; possuem plataformas nacionais claramente identificáveis e distintas (v2psplats)⁶; são coesos a nível do Legislativo nacional (v2pscohesv)⁷; e mantém links societais (v2psprlnks)⁸. Ou seja, há um ganho empírico e substantivo com o uso do indicador.

4 Relação entre capacidade estatal e institucionalização partidária

Definidos os conceitos, cabe entender como eles se relacionam. Esse tópico ainda não é muito diretamente abordado na literatura (Geddes, 1994; Grassi; Memoli, 2016; Li; Wright, 2023; Rasmussen; Knutsen, 2021), quando comparado aos estudos sobre os efeitos da capacidade estatal ou da institucionalização partidária sobre outros *outcomes*, como desenvolvimento econômico (Acemoglu; García-Jimeno; Robinson, 2015; Bizzarro et al., 2018; Geloso; Salter, 2020) e fortalecimento da democracia (Bäck; Hadenius, 2008; Mainwaring; Su, 2021; Pedersen, 1979).

Estudos sobre partidos associam graus mais elevados de institucionalização a democracias mais estáveis e consolidadas (Mainwaring, 2016). Grassi e Memoli (2016) também encontraram evidências de que níveis democráticos mais altos favorecem o aumento da capacidade estatal na América Latina, em interação com governos de partidos de esquerda. No entanto, os autores não testam o efeito da institucionalização partidária *strictu sensu*.

Em *Politician's dilemma*, entretanto, Barbara Geddes explora argumentos que podem ajudar a elucidar essa relação. O livro trata das condições institucionais e políticas que favorecem a realização de reformas no Estado. O dilema a que o título se refere é a escolha que cada político deve fazer entre “a própria sobrevivência política a curto prazo e os interesses coletivos, de desempenho econômico e estabilidade do regime, num prazo mais longo” (Geddes, 1994, p. 18, tradução livre).

Para a autora, reformas que aumentam a capacidade estatal frequentemente colocam políticos diante desse dilema⁹. O problema só é superado quando os incentivos para que políticos tomem decisões a favor do interesse coletivo são maiores que os custos (Geddes, 1994, p. 19). Isso seria mais provável em sistemas partidários mais institucionalizados e menos voláteis, em que a alternância de poder é mais previsível e nos quais políticos não precisam ter uma preocupação excessiva com sua

⁵ How many parties have permanent local party branches? 0: No parties. 1: Fewer than half. 2: About half. 3: More than half. 4: All parties

⁶ How many political parties with representation in the national legislature or presidency have publicly available party platforms (manifestos) that are publicized and relatively distinct from one another? 0: No parties. 1: Fewer than half. 2: About half. 3: More than half. 4: All parties

⁷ Is it normal for members of the legislature to vote with other members of their party on important bills? 0: Not really. Many members are elected as independents and party discipline is very weak. 1: More often than not. Members are more likely to vote with their parties than against them, but defections are common. 2: Mostly. Members vote with their parties most of the time. 3: Yes, absolutely. Members vote with their parties almost all the time.

⁸ 0: Clientelistic. Constituents are rewarded with goods, cash, and/or jobs. 1: Mixed clientelistic and local collective. 2: Local collective. Constituents are rewarded with local collective goods, e.g., wells, toilets, markets, roads, bridges, and local development. 3: Mixed local collective and policy/programmatic. 4: Policy/programmatic. Constituents respond to a party's positions on national policies, general party programs, and visions for society.

⁹ A autora coloca as indicações para cargos como o principal exemplo do dilema do político. Para ela, tomadores de decisão podem optar por indicar especialistas técnicos para os cargos, o que teria impacto positivo na capacidade estatal a longo prazo. Ao mesmo tempo, há pressões de curto prazo para que façam indicações com base na necessidade de agradar membros da sua coalizão e assim garantir apoio (Geddes, 1994, p. 183).

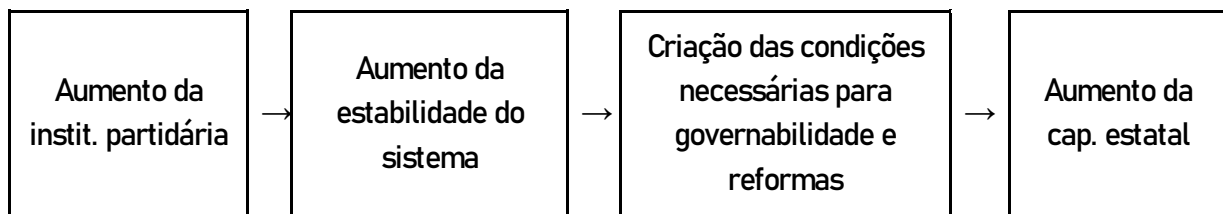
sobrevivência a curto prazo. Conforme explica ao comentar que circunstâncias são favoráveis para que presidentes realizem reformas de aumento da capacidade estatal:

Deixando de lado presidentes que enfrentam ameaças imediatas de serem derrubados, os menos propensos a contribuir para o crescimento da competência administrativa são os fundadores de partido tentando criar um aparato partidário durante o mandato; independentes, que tentam seguir uma estratégia antipartidária mas que geralmente não conseguem se manter no cargo; e aqueles que lideram partidos pequenos em coalizões indisciplinadas. Todas essas condições ocorrem mais frequentemente, apesar de não exclusivamente, em sistemas partidários mais fluidos, fragmentados e pouco institucionalizados. Em tais sistemas, mais partidos novos são criados e, portanto, há maior probabilidade de fundadores de partido chegarem à presidência. A eleição de candidatos que não fundaram nem ascenderam na hierarquia dos principais partidos ocorre apenas em sistemas partidários relativamente fragmentados. A eleição de presidentes que lideram partidos pequenos e que, portanto, dependem de coalizões multipartidárias, também ocorre apenas em sistemas partidários fragmentados. Em outras palavras, presidentes têm maior probabilidade de aumentar a competência administrativa de países com sistemas partidários estáveis, institucionalizados, menos fragmentados e mais disciplinados (Geddes, 1994, p. 187, tradução livre).

Portanto, se o mecanismo concebido por Geddes (1994) estiver correto, um sistema partidário mais institucionalizado deve estar associado a níveis mais altos de capacidade estatal. A institucionalização criaria as condições de estabilidade necessárias para a governabilidade e incentivos para a realização de reformas de aumento da competência administrativa do Estado.

Podemos resumir o mecanismo no seguinte esquema:

Figura 2 - Mecanismo positivo da relação entre institucionalização partidária e capacidade estatal



Fonte: elaboração própria

O que denota nossa primeira hipótese de trabalho:

H1: a institucionalização partidária aumenta a governabilidade e cria as condições necessárias para a melhoria do Estado, devendo estar associada a níveis maiores de capacidade estatal.

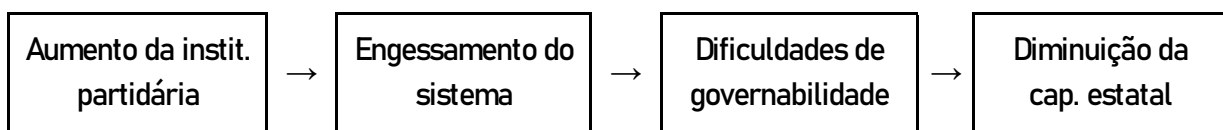
Um aspecto subjacente ao argumento de Geddes (1994), e de outros autores que conectam capacidade estatal e institucionalização partidária, é de que a primeira só afeta a segunda em condições de um regime democrático. Ou seja, só faz sentido falar em institucionalização partidária aumentando a estabilidade do sistema e criando as condições necessárias para governabilidade e reformas em regimes políticos com ampla participação e contestação (Grassi; Memoli, 2016). Neste sentido, incluímos como variável interveniente da relação entre institucionalização partidária e capacidade estatal, o nível de democracia do país no ano específico.

H1.1: a institucionalização partidária afeta positivamente a capacidade estatal, quanto maior o nível de democracia do país.

Por outro lado, é possível pensar na relação oposta. Enquanto Geddes (1994) propõe que a estabilidade tende a diminuir os custos políticos da realização de reformas de melhoria do Estado, Piñero Rodríguez e Rosenblatt (2020), conforme tratamos acima, explicam que a estabilidade partidária em alguns casos pode ser sinal não de robustez, mas sim de um sistema engessado, que não acomoda adequadamente as demandas da sociedade.

Uma demarcação muito rígida da posição dos partidos pode levar a problemas de governabilidade, com a dificuldade de se chegar aos acordos necessários para se concretizar políticas. Nesse caso, a relação poderia ter o efeito oposto:

Figura 3 - Mecanismo negativo da relação entre institucionalização partidária e capacidade estatal



Fonte: elaboração própria

H2: a institucionalização partidária pode levar ao engessamento do sistema partidário e a obstáculos à governabilidade, devendo estar associada a índices menores de capacidade estatal.

7

Ainda é possível a hipótese nula (H3), pela qual a institucionalização partidária não afetaria de forma significativa a capacidade administrativa dos Estados, seja positiva ou negativamente. Estatisticamente, poderíamos falar, neste caso, de uma hipótese nula (Review, 2023). Dado que os determinantes de capacidade estatal podem ser variados e não diretamente relacionados ao grau de institucionalização dos partidos políticos de determinado país.

H3: a institucionalização partidária tem efeito nulo sobre a capacidade estatal.

Na seção seguinte, descrevemos o desenho da pesquisa.

5 Desenho de Pesquisa

5.1 Estratégia empírica

Nossa estratégia empírica envolve a seleção em observáveis (Keele, 2015). Ou seja, buscamos isolar a relação estatística entre institucionalização partidária (X) e capacidade estatal (Y) a partir de outras variáveis que podemos mensurar e incluir nos modelos. A desvantagem desta estratégia é excluir fatores não-observáveis que podem afetar a relação entre X e Y, ou diretamente Y, bem como a questão dos contrafactuais. O que aconteceria com Y se X assumisse outro valor): o dilema da inferência causal.

A saída utilizada na literatura para este problema é a utilização de experimentos ou experimentos naturais. Nos primeiros, as pesquisadoras manipulam diretamente a causa (X) para observação dos seus efeitos (Y), enquanto nos segundos, pesquisadores utilizam algum fenômeno da natureza ou política que cria grupos de controle e tratamento comparáveis (Keele, 2015; Schaefer; Figueiredo Filho, 2023). Em nosso caso, isso é impossível. Logo, trabalhamos com a seleção de observáveis temporal, controlando a relação de interesse a partir não só por outras variáveis que afetam Y, mas também por características idiossincráticas dos países e anos analisados. Deste modo, nosso estudo se orienta por analisar os “efeitos das causas” (Mahoney; Goertz, 2006). Em outras palavras, o efeito de institucionalização partidária (X) sobre capacidade estatal (Y).

5.2 Coleta de Dados

Para enfrentar a questão de pesquisa, é preciso cruzar duas informações principais: a institucionalização partidária e a capacidade estatal. Para isso utilizamos dois bancos de dados diferentes. Como descrito acima, usamos o índice de institucionalização partidária do V-DEM, que agrega indicadores da estrutura do sistema partidário e comportamento legislativo dos partidos e varia de 0 a 1. Incluímos, nos modelos, esta variável de forma defasada (lag). Ou seja, o valor de institucionalização partidária no ano anterior ao de capacidade estatal naquele país específico.

Os dados sobre capacidade estatal são provenientes do banco de Hanson e Sigman (2021), que agregam medidas da eficiência administrativa, da capacidade extrativa e do grau de controle do Estado sobre o uso de poder coercitivo. O banco inclui informações para 177 países, no período de 1960 a 2015. Juntamos as informações dos dois bancos por ano e país.

A variável interveniente, democracia, é retirada do banco de dados do V-DEM e envolve a mensuração do clássico conceito de poliarquia, de Robert Dahl (1971). Conforme a descrição do V-DEM, a operacionalização do conceito se dá em um intervalo contínua de resposta à pergunta: em que medida o princípio eleitoral da democracia é alcançado? O que envolve extensa participação e contestação. Em nosso banco, a variável está no intervalo de 0 a 100 (mais poliárquico), e consideramos a mesma nos modelos de forma defasada.

Acrescentamos ainda informações socioeconômicas como variáveis de controle. Os dados são provenientes da base de dados do Banco Mundial e abarcam 266 países e regiões, em séries temporais para o período 1960-2022. Desse universo, consideramos apenas os países para os quais tínhamos dados de capacidade estatal, além de excluir outros tipos de divisão territorial (como continentes e regiões), ficando com 177 países na análise. Também limitamos a série temporal a 2015, que é até onde vão nossos dados de capacidade estatal e institucionalização partidária. Utilizamos três variáveis de controle:

- Tamanho da população: como o conceito de capacidade estatal utilizado envolve a autoridade do Estado sobre sua população, incluímos nos controles dados sobre o tamanho da população de cada país para cada ano. As estatísticas populacionais do Banco Mundial são compiladas a partir de diferentes fontes (World Bank, 2024a)¹⁰. O tamanho da população pode impactar

¹⁰ Informações compiladas a partir de diferentes fontes: (i) World Population Prospects: 2022 Revision, da Divisão Populacional da Organização das Nações Unidas, (ii) Relatórios de censos e outras publicações estatísticas de agências

negativamente a capacidade estatal, na medida em que gera maior pressão nos Estados em uma série de áreas (Spangler, 1963);

- PIB per capita: ao controlar pelo PIB per capita levamos em conta o tamanho e perfil da economia dos países analisados. As informações são provenientes de dados sobre contas nacionais do Banco Mundial e da OCDE. Os valores estão na cotação atual do dólar, tendo sido atualizados pela última vez em 2023 (World Bank, 2023). Esperamos que haja impacto positivo do crescimento econômico sobre capacidade estatal (Acemoglu; García-Jimeno; Robinson, 2015);
- Exportação de combustíveis: outra variável que busca capturar o perfil econômico de cada país. Ela é medida pelo percentual representado pela exportação de combustíveis (combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados) sobre a exportação total de cada país e região, conforme estimativas do Banco Mundial (World Bank, 2024b). Esperamos que a exportação de combustíveis tenha relação negativa com capacidade estatal, na medida em que países com altos recursos de petróleo, por exemplo, possuem menos incentivos à construção de um Estado eficaz na arrecadação tributária, bem como a própria construção de uma democracia (Aslaksen, 2010; Gandhi; Przeworski, 2007). Ao mesmo tempo, há evidências recentes de que recursos de exportação de petróleo podem aumentar a capacidade de repressão dos países (Demeritt; Young, 2013).

Inicialmente, a fim de mensurar a desigualdade social dos países, incluímos um controle também para o índice de Gini. No entanto, a falta de dados para muitos países e trechos do período analisado nos fez abandonar essa variável.

O banco de dados final está no formato de painel, de modo que cada ponto no tempo aparece como uma observação separada. O resultado é um banco com 8.837 observações¹¹ e 128 variáveis.

6 Análise empírica

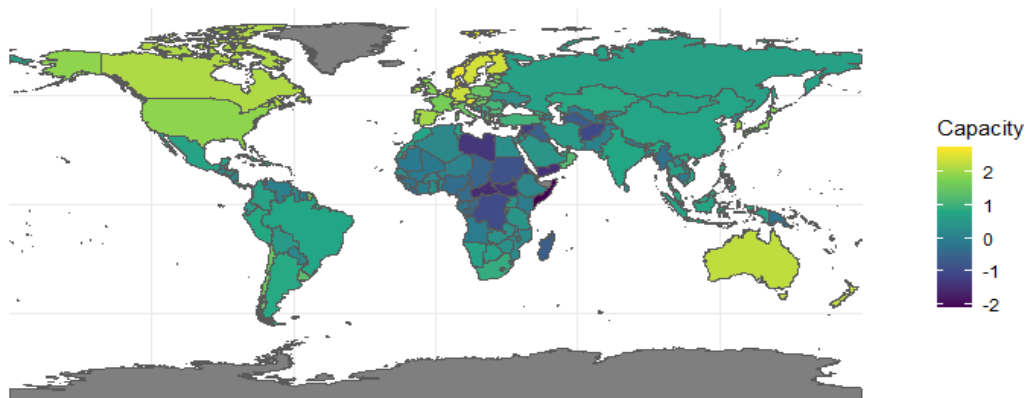
6.1 Estatística descritiva

Buscamos explicar a capacidade estatal, um conceito latente que varia muito conforme o tipo de mensuração. O trabalho de Hanson e Sigman (2021) oferece um bom ponto de partida, por incluir no índice diversos indicadores e possuir cobertura temporal e espacial extensa. Na figura 4, expomos a distribuição global do índice de capacidade estatal para o último ano da série (2015). Naquele ano, o valor variou entre -2,09 (Somália) até 2,69 (Dinamarca).

nacionais, (iii) Eurostat: Demographic Statistics, (iv) Population and Vital Statistics Report (vários anos), da Divisão Estatística da Organização das Nações Unidas, (v) U.S. Census Bureau: International Database, e (vi) Secretariat of the Pacific Community: Statistics and Demography Programme..

¹¹ Sendo pouco menos de 7 mil completas.

Figura 4 - Distribuição da capacidade estatal no mundo

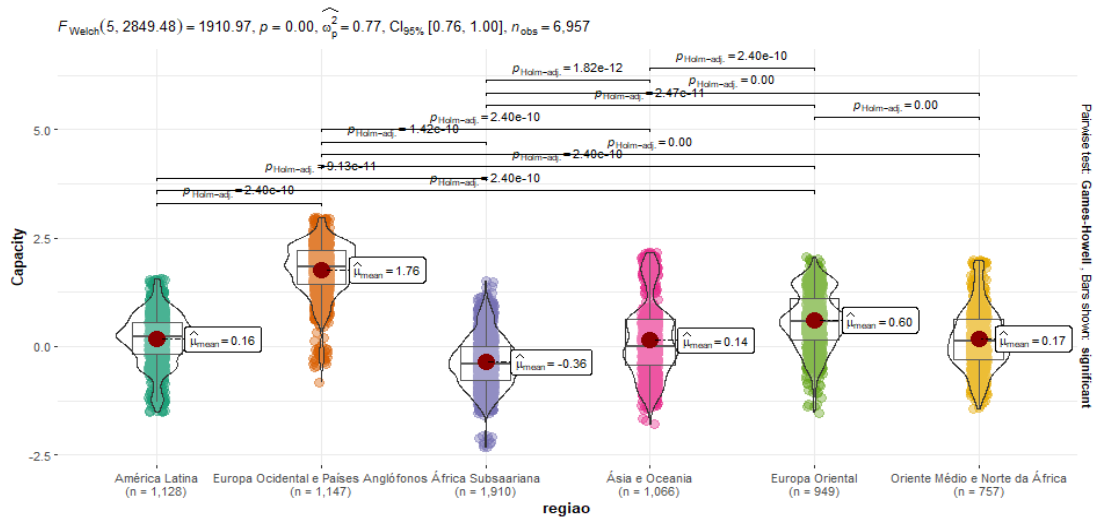


Fonte: elaboração própria

Na figura 5, destacamos um teste Anova de diferença de médias agrupando os países em regiões tais como codificadas no V-DEM (América Latina, Europa Ocidental e países anglófonos, África Subsaariana, Ásia e Oceania, Oriente Médio e Norte da África). Os resultados dão conta de uma diferença estatisticamente significativa entre as regiões no que concerne à capacidade estatal. A maior média do indicador é o da Europa Ocidental e países anglófonos, seguido de Europa Oriental (e Ásia Central). Os dados da América Latina indicam a reduzida capacidade estatal na região, o que conforma com a hipótese de Mazzuca (2021). Qual seja: os países do continente tiveram sucesso na formação do Estado, ao longo do século XIX, com a definição de fronteiras e resolução de conflitos internos, mas foram malsucedidos na formação das capacidades deste mesmo Estado.

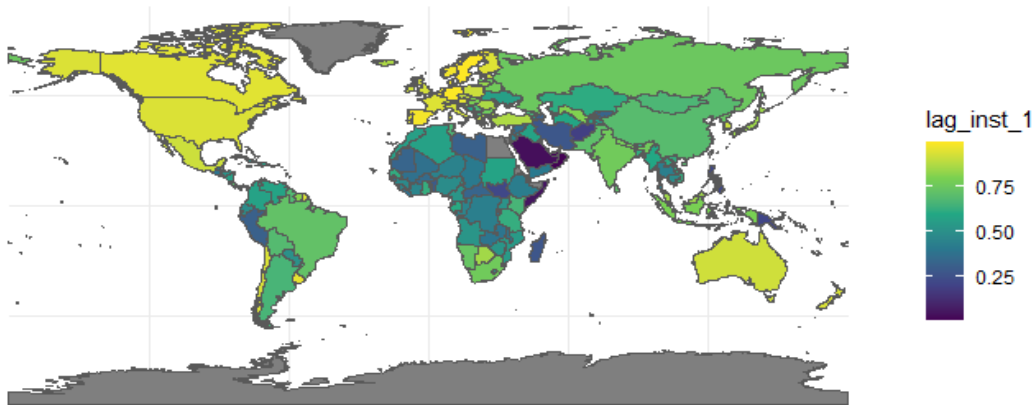
10

Figura 5 - Teste Anova de diferença de médias da capacidade estatal por região do globo



Na figura 6, apresentamos os valores de institucionalização partidária distribuídos pelo globo. Os valores também variam muito entre os países, sendo que os menores índices são encontrados em países como Somália, Omã e Arábia Saudita, e os maiores em países da Europa Ocidental, anglófonos e, na América Latina, Chile e Uruguai.

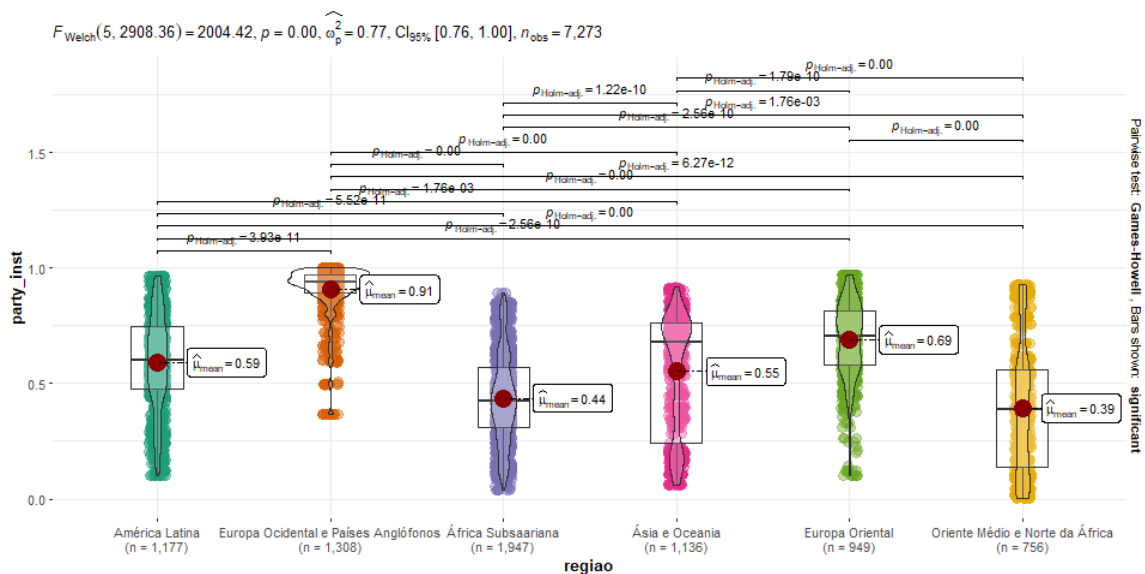
Figura 6 - Distribuição da institucionalização partidária no mundo



Fonte: elaboração própria

Na figura 7, testamos essas diferenças regionais novamente. Os valores indicam grandes variações, a partir do teste Anova, sendo que os indicadores mais altos são de Europa Ocidental e países anglófonos, bem como Europa Oriental e América Latina. A menor média é encontrada nos países do Oriente Médio e Norte da África.

Figura 7 - Teste Anova de diferença de médias da institucionalização partidária por região do globo

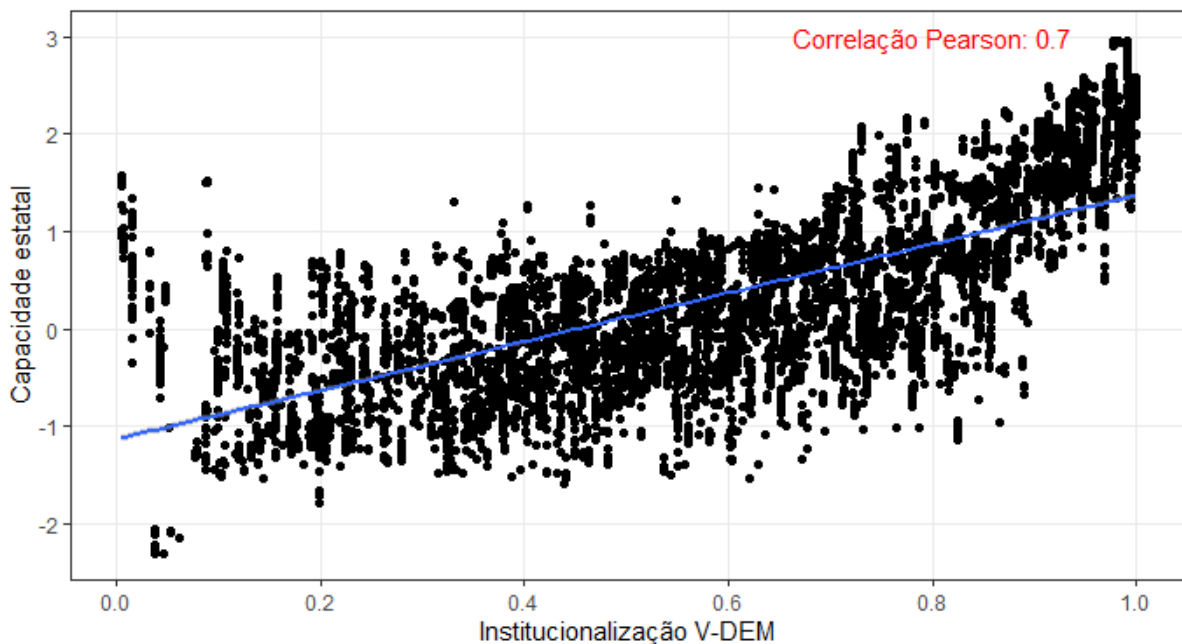


Esta primeira descrição das variáveis indica que tanto os indicadores de capacidade estatal quanto os de institucionalização partidária são mais altos em algumas regiões (mais democráticas) do que outras. Em outras palavras, a distribuição dos indicadores não é aleatória no globo, o que demanda atenção ao contexto. Nas próximas subseções tratamos dos testes de hipóteses.

6.2 Testes bivariados

Um exame preliminar parece indicar que há correlação entre índices mais altos de institucionalização partidária e maior capacidade estatal. Os pontos apresentados na figura 8 correspondem aos países analisados, cada um representado no total de anos da análise (1960–2015). O que observamos na figura é um coeficiente de correlação de Pearson alto ($r^2 = 0,7$) (Figueiredo Filho; Silva Júnior, 2009). À medida que cresce o indicador de institucionalização partidária, também aumentam os valores de capacidade estatal.

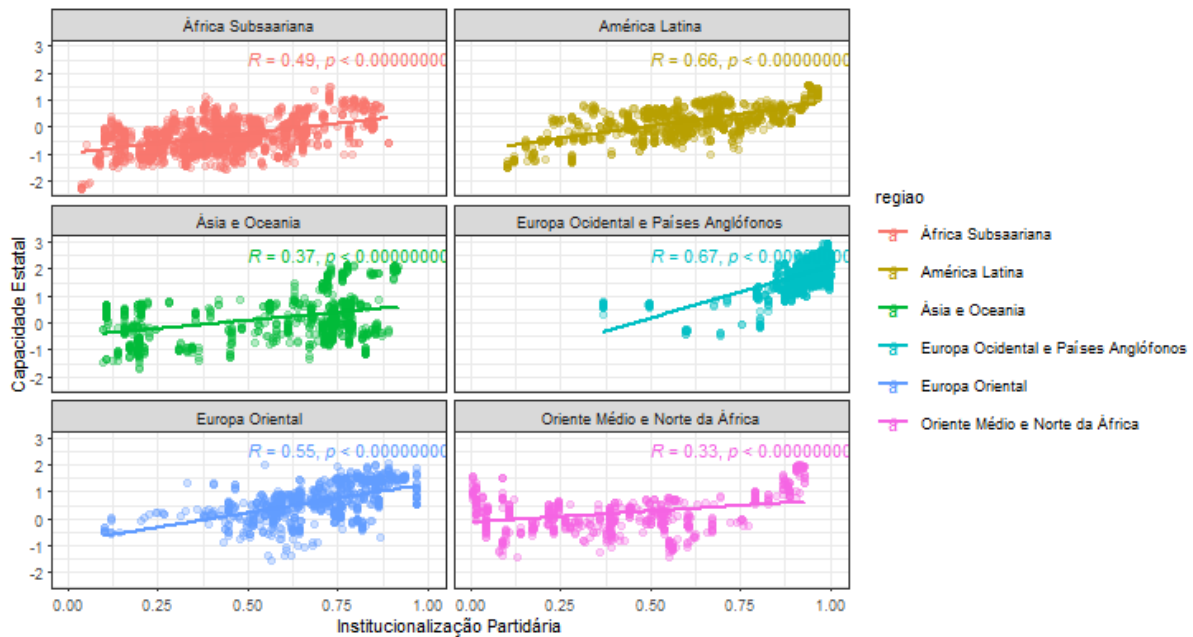
Figura 8 - Capacidade estatal e institucionalização partidária (1960–2015)



Fonte: elaboração própria

No entanto, quando observamos a relação de forma mais nuançada, incluindo as regiões do globo, destacam-se outros padrões. Por mais que o coeficiente seja positivo e estatisticamente significativo em cada uma das seis regiões analisadas, os valores variam. Na Europa Ocidental e países anglófonos, o coeficiente de correlação é de 0,67, enquanto no Oriente Médio e Norte da África é de 0,33. Esta diferença de magnitude indica a importância de considerar o contexto como fator de mediação (Mahoney; Goertz, 2006). Neste caso, o fato de o país estar inserido em uma região, e não outra, pode afetar o resultado final, o que estudos de transição de regimes políticos chamam de difusão (Gandhi; Przeworski, 2007; Goldring; Greitens, 2020).

Figura 9 – Capacidade estatal e institucionalização partidária (1960–2015), por região



Fonte: elaboração própria

É interessante considerar também o caso da América Latina. Apesar da região possuir média baixa de capacidade estatal, a correlação entre as duas variáveis de nosso estudo é alta. Ou seja, a institucionalização partidária parece importar mais neste contexto do que em outros.

Na próxima subseção, tratamos de aplicar os modelos multivariados.

6.3 Modelos

Os testes bivariados e mesmo as estatísticas descritivas já indicam que, em primeiro lugar, há significativas diferenças regionais na distribuição das variáveis de interesse e relacionamento entre elas; e, em segundo, existe uma correlação significativa entre institucionalização partidária e capacidade estatal. No entanto, é necessário considerar a inclusão de outras variáveis na análise, de modo a termos estimativas mais confiáveis da relação entre X e Y.

Na tabela 2 apresentamos os modelos de análise. Como trabalhamos com dados em painel – observações de unidades espaciais (países) repetidas em intervalos regulares do tempo (anos) – optamos pela utilização de modelos de efeitos fixos (Angrist; Pischke, 2014; Keele, 2015; Mesquita; Fernandes; Figueiredo Filho, 2021). Em outras palavras, “controlamos” a relação entre as duas variáveis principais pelo ano, pela região e pelo país, dado que estes possuem características idiossincráticas que afetam a nossa variável dependente (capacidade estatal). Por exemplo, o território (Weber, 1982) é controlado quando consideramos o efeito fixo por país. Enquanto o ano é importante para que não subestimemos, ou superestimemos, a dependência temporal: países podem aumentar a capacidade estatal simplesmente porque o tempo passa.

Apresentamos cinco modelos. No modelo 1, incluímos apenas a variável institucionalização partidária e os efeitos fixos por país e ano. O valor do coeficiente indica que o crescimento de uma

unidade de institucionalização partidária aumenta em 0,44 a capacidade estatal do país, tal qual mensurada neste trabalho. Considerando os valores apresentados anteriormente, esse crescimento significa a passagem da média de um país do Oriente Médio e Norte da África para a Europa Oriental. O valor é estatisticamente significativo (H1).

No modelo 2, incluímos a variável poliarquia na análise. Quando controlada a relação, institucionalização partidária mantém o sinal positivo, mas perde significância estatística (não se descarta a hipótese nula) (H3). Neste caso, parece que apenas o nível de democracia no país afeta a sua capacidade estatal.

Tabela 1: Modelos de regressão

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5
Institucionalização partidária (0 a 1)	0.44**	0.22	-0.12	-0.14	-0.42 *
	(0.16)	(0.15)	(0.18)	(0.18)	(0.20)
Poliarquia (0 a 100)		0.01***	-0.00	-0.00	0.00
		(0.00)	(0.00)	(0.00)	(0.00)
Institucionalização partidária x Poliarquia			0.01***	0.01***	0.01 *
			(0.00)	(0.00)	(0.00)
Num. obs.	6956	6956	6956	6820	3843
Efeitos fixos ano	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Efeitos fixos país	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Efeitos fixos região	Não	Não	Não	Sim	Sim
Variáveis de controle	Não	Não	Não	Não	Sim
R ² ajustado (full model)	0.92	0.93	0.93	0.93	0.95

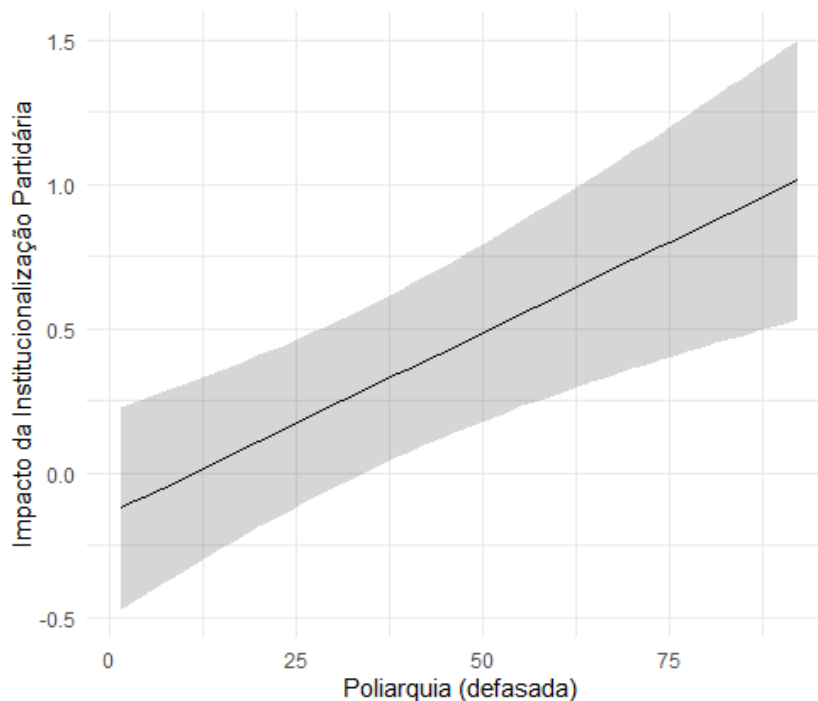
No modelo 3, incluímos a interação entre poliarquia e institucionalização partidária. No modelo 4, além da interação, também acrescentamos efeitos fixos por região, para controlar o aspecto da difusão. Por fim, no modelo 5, acrescentamos as variáveis de controle socioeconômicas. Os resultados destes três modelos, mais completos, indicam que nossa H1.1 é a mais consolidada. É interessante notar que os valores dos coeficientes de institucionalização partidária e poliarquia alteram a direção

quando incluído o termo de interação é incluído. Isso se deve ao fato de que na interação estamos assumindo que o valor da outra variável é zero. Ou seja, o impacto de institucionalização partidária sobre capacidade estatal quando a poliarquia é zero é de $-0,42$ no modelo 5.

A institucionalização partidária afeta a capacidade estatal quando mediada, ou condicionada (Brambor; Clark; Golder, 2006), pelo nível de democracia. Este resultado é mais claro na figura 10. A variação dos coeficientes de institucionalização partidária indica que a curva (*slope*) da relação entre X e Y (capacidade estatal) é mais inclinada quanto mais alto o nível de poliarquia.

A estimativa é de que em um nível de poliarquia mais alto que a média, que é 45 pontos para todos os países analisados, em um desvio padrão (o que representa 73 pontos), o crescimento de uma unidade de institucionalização partidária aumenta a capacidade estatal em um ponto. Este é o caso de países com alto nível de democracia em que há um aumento da institucionalização partidária. Em um país e ano com poliarquia abaixo um desvio padrão da média (16 pontos), o valor do coeficiente é negativo e estatisticamente não significativo. Ou seja, em países com baixo nível de democracia (ou melhor, inexistência deste regime), o crescimento de institucionalização partidária não significa aumento da capacidade estatal, ou pode, mesmo, implicar em redução deste indicador.

Figura 10 - Interação entre Poliarquia e Institucionalização partidária sobre a capacidade estatal



Fonte: elaboração própria

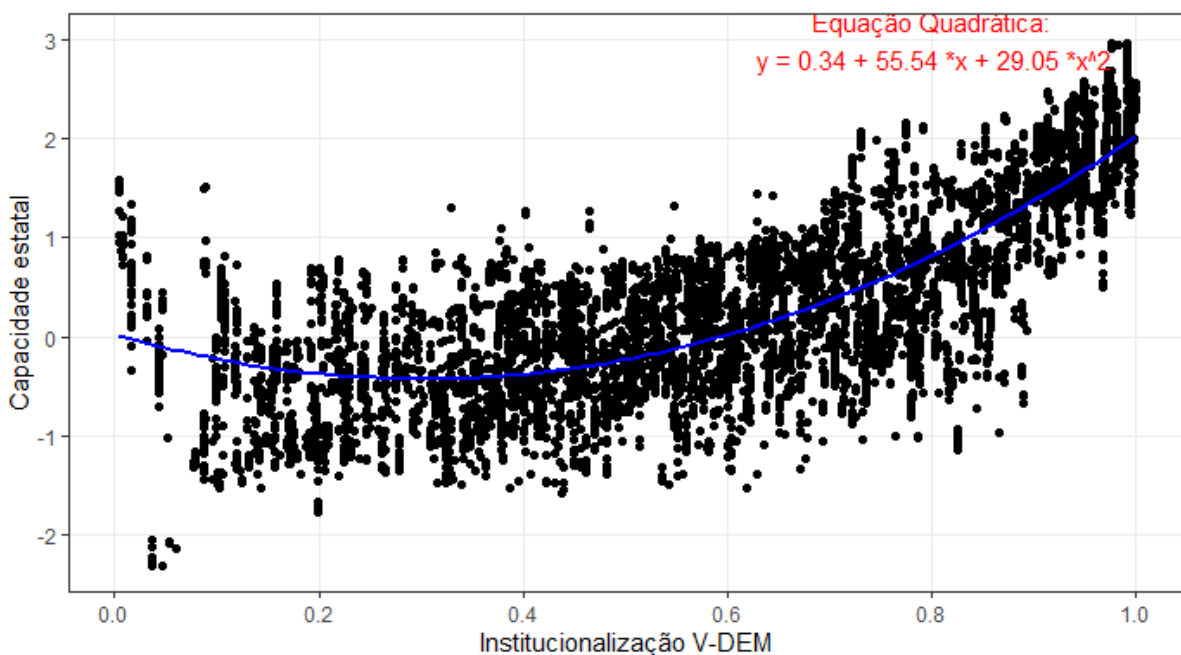
Este resultado indica a necessidade de observar a institucionalização partidária em interação com o regime político para produzir um efeito sobre a capacidade estatal (Grassi; Memoli, 2016). Grassi e Memoli (2016) haviam atentado a este fator para o caso da América Latina, mas não testaram a interação entre institucionalização partidária e democracia, mas entre o país ser governado por partidos de esquerda e a existência de um regime democrático. Além de testarmos outra variável, expandimos o escopo da análise geográfica e temporalmente. A H1.1 denota que o argumento de

Geddes (2014) funciona para regimes democráticos, em que a institucionalização e força dos partidos pode ajudar na superação do “dilema dos políticos” e criação de compromissos de mais longo prazo. Ou seja, a possibilidade de compromissos com vias a melhoria do Estado é maior quando há democracia e os partidos são institucionalizados.

Nossos achados também dialogam com o trabalho de Bizzarro et al. (2018). Os autores, no entanto, não consideram o indicador de institucionalização partidária do V-DEM, mas outro: o de força partidária. O argumento é de que partidos fortes, centralizados e com capacidade de liderança geram desenvolvimento econômico (mesmo em regimes autoritários). Não estamos interessados diretamente no desenvolvimento econômico, mas dado que a capacidade do Estado também está relacionada a melhores indicadores de economia e bem-estar (Acemoglu; García-Jimeno; Robinson, 2015), indicamos que essa pode ser uma agenda frutífera.

Outro ponto a ser considerado é metodológico: tratamos dos efeitos das causas e não das causas dos efeitos. Buscamos isolar o efeito de institucionalização partidária sobre capacidade estatal e não observamos casos de capacidade estatal baixa e/ou alta para explicar o porquê tal situação ocorre (Mahoney; Goertz, 2006). Esta é uma questão em aberto que merece maior análise (Mazzuca, 2021). Como destacamos na figura 11, há possível relação não linear entre nossas variáveis, dado que alguns países possuem capacidade estatal acima da média e inexistência de um sistema partidário. Casos, principalmente, do Oriente Médio (Catar, Omã e Arábia Saudita), em que fontes de recursos extremamente valorizadas internacionalmente (petróleo e gás) podem auxiliar a construção de capacidades estatais sem a existência de partidos políticos e, por extensão, sem democracia. No entanto, há o caso de países com abundância de recursos naturais e capacidades estatais extremamente baixas. Estudos de caso e/ou comparação entre poucos casos poderiam ser úteis para observar quais os fatores quais as causas destes efeitos diversos (Perissinoto; Nunes, 2022).

Figura 11 - Relação quadrática entre capacidade estatal e institucionalização partidária



Fonte: elaboração própria

Por fim, outra questão metodológica deve ser considerada. Uma limitação de nosso trabalho, e de outras pesquisas que tratam de conceitos latentes ou não diretamente observáveis (democracia, institucionalização partidária, capacidade estatal, classes sociais, entre tantos outros - a lista é interminável no interior das Ciências Sociais), é como medir estes fenômenos. Ou melhor, transformá-los em variáveis. Seja no sentido teórico: a definição do conceito aborda sua complexidade e/ou enquadra suas partes constitutivas (Sartori, 1970); seja na coleta de dados, mensuração e agregação (Bizzarro Neto; Hicken; Self, 2017; Hanson; Sigman, 2021). Futuras pesquisas nesta área devem avançar na desagregação dos indicadores e teste de hipóteses específicas. Por exemplo, qual a relação entre um elemento da institucionalização partidária (a estabilidade da competição) sobre outro elemento da capacidade estatal (a arrecadação tributária). Em alguns casos, a estabilidade da competição pode gerar uma situação de cartel, em que os partidos políticos retiram mais recursos do Estado como garantia de possíveis derrotas (Katz; Mair, 1995). No longo prazo, pode-se gerar uma situação de predação com consequências ruins para a legitimidade do sistema (Scarrow, 2004). Essa e outras relações podem ser melhor compreendidas quando os indicadores forem mais esmiuçados.

7 Considerações finais

Neste trabalho, buscamos examinar a relação entre institucionalização partidária e capacidade estatal. Os resultados observados apontam no sentido do efeito positivo de um sistema partidário mais institucionalizado sobre a eficácia do Estado, desde que no contexto de regimes com níveis mais altos de democracia.

A comparação dos modelos evidencia que a interação entre sistema partidário e democracia é uma nuance fundamental para o nosso argumento. O mecanismo que hipotetizamos a partir da leitura de Geddes (1994) propõe que a institucionalização partidária pode favorecer a governabilidade, a qual, por sua vez, tende a impactar positivamente a capacidade estatal. Essa cadeia de relações só faz sentido num ambiente democrático, onde a governabilidade depende em grande medida do comportamento dos partidos e da possibilidade da formação de consensos entre eles. Em regimes autoritários, a lógica de funcionamento do Estado se baseia em dinâmicas muito diferentes, então é de se esperar que a institucionalização partidária não tenha a mesma importância para a eficácia do governo (Gandhi; Przeworski, 2007).

Os achados vão ao encontro de autores como Piñero Rodríguez e Rosenblatt (2020), que enfatizam a importância da abertura do regime para que se possa falar numa institucionalização partidária que de fato seja reflexo das preferências sociais; e Grassi e Memoli (2016), que apontam a importância da democracia para a capacidade estatal.

Como apontamos na discussão dos resultados, este trabalho apenas começou a arranhar a superfície do fenômeno. Mas um aspecto que nossa investigação já parece revelar é que, para melhor compreender os impactos do sistema partidário na qualidade de governo, é fundamental entender não só suas características, mas os incentivos impostos pelo regime no qual está inserido.

Referências

- ACEMOGLU, Daron; GARCÍA-JIMENO, Camilo; ROBINSON, James A. State capacity and Economic development: a network approach. *American Economic Review*, v. 105, n. 8, p. 2364–2409, aug. 2015.
- AGUIAR, Rafael Barbosa de; LIMA, Luciana Leite. Capacidade estatal: definições, dimensões e mensuração. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 89, p. 1–28, ago. 2019.
- ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. *Mastering 'metrics: the path from cause to effect*. with French flaps edition ed. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2014.
- ASLAKSEN, Silje. Oil and democracy: More than a cross-country correlation? *Journal of Peace Research*, v. 47, n. 4, p. 421–431, july 2010.
- BÄCK, Hanna; HADENIUS, Axel. Democracy and state capacity: exploring a J-shaped relationship. *Governance*, v. 21, n. 1, p. 1–24, 2008.
- BERWICK, Elissa; CHRISTIA, Fotini. State capacity redux: integrating classical and experimental contributions to an enduring debate. *Annual Review of Political Science*, v. 21, n. 1, p. 71–91, 2018.
- BIZZARRO, Fernando; GERRING, John; KNUTSEN, Carl Henrik; HICKEN, Allen; BERNHARD, Michael; SKAANINN, Svend-Erik; COPPEDGE, Michael; LINDBERG, Staffan I. Party strength and economic growth. *World Politics*, v. 70, n. 2, p. 275–320, apr. 2018.
- BIZZARRO NETO, Fernando; HICKEN, Allen; SELF, Darin. The V-Dem party institutionalization index: a new global indicator (1900–2015). *SSRN Electronic Journal*, 2017.
- BRAMBOR, Thomas; CLARK, William Roberts; GOLDBERGER, Matt. Understanding interaction models: Improving empirical analyses. *Political analysis*, v. 14, n. 1, p. 63–82, 2006.
- DAHL, Robert A. *Polyarchy: participation and opposition*. [s.l.] Yale University Press, 1971.
- DEMERRITT, Jacqueline H. R.; YOUNG, Joseph K. A political economy of human rights: oil, natural gas, and state incentives to repress. *Conflict Management and Peace Science*, v. 30, n. 2, p. 99–120, 2013.
- FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito; SILVA JÚNIOR, José Alexandre. Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). *Revista Política Hoje*, v. 18, n. 1, p. 115–146, 2009.
- GANDHI, Jennifer; PRZEWORSKI, Adam. Authoritarian institutions and the survival of autocrats. *Comparative Political Studies*, v. 40, n. 11, p. 1279–1301, nov. 2007.
- GEDDES, Barbara. *Politician's dilemma: building state capacity in Latin America*. Univ of California Press, 1994.
- GELOSO, Vincent J.; SALTER, Alexander W. State capacity and economic development: causal mechanism or correlative filter? *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 170, p. 372–385, feb. 2020.
- GOLDRING, Edward; GREITENS, Sheena Chestnut. Rethinking democratic diffusion: Bringing regime type back in. *Comparative Political Studies*, v. 53, n. 2, p. 319–353, 2020.

GRASSI, Davide; MEMOLI, Vincenzo. Political determinants of state capacity in Latin America. *World Development*, v. 88, p. 94–106, dec. 2016.

HANSON, Jonathan K.; SIGMAN, Rachel. Leviathan's latent dimensions: measuring state capacity for comparative political research. *The Journal of Politics*, v. 83, n. 4, p. 1495–1510, oct. 2021.

HENDRIX, Cullen S. Measuring state capacity: theoretical and empirical implications for the study of civil conflict. *Journal of Peace Research*, v. 47, n. 3, p. 273–285, 2010.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. *Party politics*, v. 1, n. 1, p. 5–28, 1995.

KEELE, Luke. The statistics of causal inference: a view from political methodology. *Political Analysis*, v. 23, n. 3, p. 313–335, 2015.

KIM, Wooseok. Measuring party system institutionalization in democracies. *Party Politics*, p. 13540688231211241, nov. 2023.

KRAUSE, Silvana; SCHAEFER, Bruno Marques; BARBOSA, Tiago Alexandre Lemos. Dinâmicas de surgimento de novos partidos na América do Sul (1979–2015). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 27, p. 73–104, dez. 2018.

LI, Jia; WRIGHT, Joseph. How personalist parties undermine state capacity in democracies. *Comparative Political Studies*, v. 56, n. 13, p. 2030–2065, nov. 2023.

MAHONEY, James; GOERTZ, Gary. A tale of two cultures: contrasting quantitative and qualitative research. *Political Analysis*, v. 14, n. 3, p. 227–249, July 2006.

MAINWARING, Scott. Party system institutionalization, party collapse and party building. *Government and Opposition*, v. 51, n. 4, p. 691–716, oct. 2016.

MAINWARING, Scott; SU, Yen-Pin. Electoral volatility in Latin America, 1932–2018. *Studies in Comparative International Development*, v. 56, n. 3, p. 271–296, sept. 2021.

MAZZUCA, Sebastián. *Latecomer state formation: political geography and capacity failure in Latin America*. New Haven: Yale University Press, 2021.

MESQUITA, Rafael; FERNANDES, Antonio Alves Tôrres; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Uma introdução à regressão com dados de painel. *Revista Política Hoje*, v. 30, n. 1, p. 434–507, jul. 2021.

MITROPOLITSKI, Simeon. *Weber's definition of the State as an ethnographic tool for understanding the contemporary Political Science state of the discipline*. Rochester, NY, 26 apr. 2011. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/abstract=1823401>>. Acesso em: 20 dez. 2023

PEDERSEN, Mogens N. The dynamics of European party systems: changing patterns of electoral volatility. *European Journal of Political Research*, v. 7, n. 1, p. 1–26, 1979.

PERES, Paulo Sergio. Institucionalização do sistema partidário ou evolução da competição?: uma proposta de interpretação econômica da volatilidade eleitoral. *Opinião Pública*, v. 19, p. 21–48, jun. 2013.

PERISSINOTTO, R.; NUNES, W. Elites, Estado e industrialização: uma análise fuzzyset. *Dados*, v. 66, p. e20210134, 16 dez. 2022.

PIÑEIRO RODRÍGUEZ, Rafael; ROSENBLATT, Fernando. Stability and incorporation: toward a new concept of party system institutionalization. *Party Politics*, v. 26, n. 2, p. 249–260, mar. 2020.

RANDALL, Vicky; SVÅSAND, Lars. Party institutionalization in new democracies. *Party Politics*, v. 8, n. 1, p. 5–29, jan. 2002.

RASMUSSEN, Magnus B.; KNUTSEN, Carl Henrik. Party institutionalization and welfare state development. *British Journal of Political Science*, v. 51, n. 3, p. 1203–1229, July 2021.

REVIEW, P. S. The null hypothesis. *Political Studies Review: our blog*, 11 jan. 2023. Disponível em: <<https://psr.brunel.ac.uk/2023/01/11/the-null-hypothesis/>>. Acesso em: 20 dez. 2023

SARTORI, Giovanni. Concept misformation in comparative politics. *American Political Science Review*, v. 64, n. 4, p. 1033–1053, 1970.

SCARROW, Susan E. Explaining political finance reforms: competition and context. *Party Politics*, v. 10, n. 6, p. 653–675, 2004.

SCHAEFER, Bruno Marques. Capilarização territorial de novos partidos no Brasil (2011–2016). *Revista Paraná Eleitoral*, v. 6, n.1, p. 65–86, 2017.

SCHAEFER, Bruno Marques; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Deu match? Uma introdução às técnicas de pareamento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 38, p. e3811039, 2023.

SPANGLER, Richard. The effect of population growth upon State and local government expenditures. *National Tax Journal*, v. 16, n. 2, p. 193–196, 1963.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WORLD BANK. *GDP per capita (current US\$): World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files*. 2023. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?view=chart>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

WORLD BANK. *Population, total*. 2024a. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?view=chart>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

WORLD BANK. *Fuel exports (% of merchandise exports): World Bank staff estimates through the WITS platform from the Comtrade database maintained by the United Nations Statistics Division*. 2024b. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/TX.VALFUEL.ZS.UN?view=chart>>, Acesso em: 22 jan. 2024.

Artigo recebido em: Janeiro/2024

Aprovado em: Fevereiro/2024

Carlos Martins de Freitas (carlosfreitas@iesp.uerj.br) é doutorando e mestre em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Pesquisa instituições e comportamento político a partir de uma abordagem quantitativa e de análise de dados.

Bruno Marques Schaefer (brunoschaefer@iesp.uerj.br) é professor de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Pesquisa instituições políticas, comportamento eleitoral e políticas públicas. É também Editor de Replicabilidade da Revista Dados.

A institucionalização partidária afeta a capacidade estatal?

Resumo: O trabalho examina a relação entre institucionalização partidária e capacidade estatal. Buscamos entender qual o efeito de sistemas partidários estáveis e socialmente conectados (X) sobre a capacidade de Estado realizarem suas metas oficiais (Y). São analisados dados de painel de 177 países para o período de 1960 a 2015, por meio de modelos de efeitos fixos. Utilizamos dados do Varieties of Democracy (V-DEM) (X), de Hanson e Sigman (2021) (Y) e do Banco Mundial. Os resultados apontam para uma associação entre sistemas partidários mais institucionalizados e níveis mais altos de capacidade estatal, mas apenas no contexto de países onde a democracia é mais forte. Ou seja, a institucionalização só afeta a capacidade estatal, a partir da democracia. Estes resultados apontam para uma agenda de pesquisas mais ampla sobre quais os fatores que impactam a capacidade estatal.

Palavras-chave: capacidade estatal; institucionalização partidária; modelos de efeitos fixos; dados em painel; democracia.

21

Does party institutionalization affect state capacity?

Abstract: The study examines the relationship between party institutionalization and state capacity. We seek to understand the effect of stable and socially connected party systems (X) on the state's ability to achieve its official goals (Y). Panel data from 177 countries for the period from 1960 to 2015 are analyzed using fixed effects models. We utilize data from Varieties of Democracy (V-DEM) (X), Hanson and Sigman (2021) (Y), and the World Bank. The results indicate an association between more institutionalized party systems and higher levels of state capacity, but only in the context of countries where democracy is stronger. In other words, institutionalization only affects state capacity in the presence of democracy. These results point to a broader research agenda on the factors impacting state capacity.

Keywords: state capacity; party institutionalization; fixed effects models; panel data; democracy.

Anexos

Anexo I - Lista dos indicadores que compõem o índice de capacidade estatal de Hanson e Sigman (2021)¹²

1. Eficiência administrativa (Adelman; Morris 1967)
2. Qualidade da burocracia (Political Risk Services)
3. Frequência do censo (calculado a partir de dados da ONU de 2016)
4. Eficiência na mobilização da receita (Banco Mundial, CPIA)
5. Capacidade fiscal (V-DEM v9)
6. Capacidade informacional (Brambor et al. 2020)
7. Lei e ordem (Political Risk Services)
8. (log) Militares a cada mil habitantes (COW, WDI)
9. (log) Gastos militares per capita (SIPRI, COW)
10. Monopólio do uso da força (BTI)
11. (log) Policiais a cada mil habitantes (ONU)
12. Qualidade da gestão orçamentária e financeira (Banco Mundial, CPIA)
13. Qualidade da administração pública (Banco Mundial, CPIA)
14. Administração pública rigorosa e imparcial (V-DEM v9)
15. Índice de antiguidade do Estado, baseado em Bockstette et al. (2002)
16. Autoridade do Estado sobre o território (V-DEM v9)
17. Capacidade estatística (Banco Mundial)
18. Tributação sobre a renda enquanto percentual da tributação total (ICTD, FMI)
19. Tributação sobre o comércio internacional enquanto percentual da tributação total (ICTD, FMI)
20. Receita total da tributação enquanto percentual do PIB (ICTD, FMI, OCDE)
21. Weberiannes (Rauch; Evans 2000).

22

Anexo II - Estatísticas Descritivas

Var1	Freq
Capacity	Min. :-2.3100
	1st Qu.: -0.4350
	Median : 0.1295
	Mean : 0.2577
	3rd Qu.: 0.7929
	Max. : 2.9640
	NA's :583
lag_inst_1	Min. :0.0050
	1st Qu.:0.3940
	Median :0.6090
	Mean :0.5925
	3rd Qu.:0.8210
	Max. :1.0000
population	NA's :1564
	Min. : 60504
	1st Qu.: 2506367

¹² Adaptado de Hanson e Sigman (2021). Siglas: CPIA = Country Policy and Institutional Assessment; COW = Correlates of War; WDI is from World Bank Group (2020); BTI = Bertelsmann Transformation Index; SIPRI = Stockholm International Peace Research Institute; ICTD = ICTD/UNU-WIDER (2017).

	Median : 7046097
	Mean : 33276172
	3rd Qu.: 18610792
	Max. :1379860000
	NA's :1438
fuel_export_percentage	Min. : 0.000
	1st Qu.: 0.416
	Median : 2.775
	Mean : 14.140
	3rd Qu.: 12.223
	Max. :193.037
	NA's :3902
gdp_per_capita	Min. : 11.79
	1st Qu.: 455.71
	Median : 1491.39
	Mean : 6701.99
	3rd Qu.: 6040.74
	Max. :123678.70
	NA's :2221
lag_poliarquia	Min. :1.5
	1st Qu.:19.1
	Median :41.1
	Mean :46.0
	3rd Qu.:74.5
	Max. :92.4
	NA's :1563

Anexo III – Modelos completos

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5
lag_inst_1	0.44**	0.22	-0.12	-0.14	-0.42*
	(0.16)	(0.15)	(0.18)	(0.18)	(0.20)
lag_poliarquia		0.01***	-0.00	-0.00	0.00
		(0.00)	(0.00)	(0.00)	(0.00)
lag_inst_1:lag_poliarquia			0.01***	0.01***	0.01*
			(0.00)	(0.00)	(0.00)
gdp_per_capita					0.00**
					(0.00)
population					0.00***

					(0.00)
fuel_export_percentage					-0.00
					(0.00)
Num. obs.	6956	6956	6956	6820	3843
Num. groups: country_id	164	164	164	164	138
Num. groups: year	55	55	55	55	54
R² (full model)	0.92	0.93	0.93	0.93	0.95
R² (proj model)	0.02	0.07	0.09	0.09	0.13
Adj. R² (full model)	0.92	0.93	0.93	0.93	0.95
Adj. R² (proj model)	0.02	0.07	0.09	0.09	0.12
Num. groups: regioao				6	6
*** p < 0.001; ** p < 0.01; * p < 0.05					